**MODELO DE REDAÇÃO**

Atualmente, mesmo após os indiscutíveis avanços produzidos pelo homem nos mais diversos segmentos, a situação de exclusão e preconceito permanece e se reflete na precária condição política do País, a qual é responsável pela dificuldade de inserção social desse grupo, especialmente no ramo laboral.

Conforme previsto pela Constituição Brasileira, todos são iguais perante à lei, independente de cor, raça ou gênero, sendo a isonomia salarial, aquela que prevê mesmo salário para mesma função, também garantidas por lei. Desse modo, medidas fazem-se necessárias para corrigir a problemática.

Diante dos fatos supracitados, faz-se necessário que a Escola promova a formação de cidadãos que respeitem às diferenças e valorizem a inclusão, por intermédio de palestras, debates e trabalhos em grupo, que envolvam a família, a respeito desse tema, visando a ampliar o contato entre a comunidade escolar e as várias formas de assimetria social.

Portanto, é imprescindível que o Estado tome providências para amenizar o quadro atual. Para a conscientização da população brasileira a respeito do problema, urge que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) crie, por meio de verbas governamentais, campanhas publicitárias nas redes sociais que detalhem o quadro atual á respeito da divergência imposta no meio coletivo.

Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode, ainda, oferecer uma disciplina de educação tecnológica nas escolas, através de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva. Assim, observar-se-ia uma população mais crítica, menos iludida e mais impática.

O Estado, por seu caráter socializante e abarcativo deverá promover políticas públicas que visem garantir uma maior autonomia através dos 3 poderes deverá garantir, efetivamente, a liberdade de culto e proteção; em respeito às diferenças. Somente assim, tirando as pedras do meio do caminho, construir-se-á um Brasil mais tolerante.